

# Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas

## Resumo

A dinâmica socioespacial das cidades pequenas constitui importante objeto de estudo para a Geografia Urbana. Nesse sentido, esse trabalho objetiva apresentar o perfil urbano de três cidades pequenas do Rio Grande do Norte: Nova Cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta. Para isso, analisa-se o quadro econômico e suas especificidades, com ênfase nas atividades terciárias, ligadas aos empreendimentos comerciais e aos serviços desenvolvidos em seus territórios. Essa realidade funcional urbana tem gerado relações entre essas cidades, a partir da dinâmica econômica e da capacidade produtiva da qual elas fazem parte. Dessa forma, devem ser entendidas como elementos integrantes do sistema capitalista, no qual predominam singularidades que se expressam através das estruturas econômicas, políticas, sociais e de suas inter-relações espaciais.

**Palavras-chave:** Cidades pequenas, perfil urbano, atividades terciárias.

## Abstract

PROFILE, RELATIONS AND NEEDS: A BRIEF ANALYSIS ABOUT SMALL CITIES

The dynamic sociospatial of the small cities constitutes important study object for the Urban Geography. Accordingly, that work objectifies to present the Urban Profile of three small cities from Rio Grande do Norte: Nova Cruz, Montanhas and Lagoa d'Anta. For this, analyzes the economic picture and its specificities, with emphasis in the tertiary activities, linked to the commercial enterprises and the services developed in its territories. That urban functional reality has been generating relationships among those towns, starting from the economic dynamics and of the productive capacity of the which they are part. So, they should be understood as integral elements of the capitalist system, where they prevail singularities that

they are expressed through the economic structures, politics, social and of its space interrelations.

**Key-words:** Small cities, urban profile, tertiary activities.

## 1. Introdução

Na verdade, não existe uma fórmula para definir cidade. Um pontilhado de cidades num mapa-múndi não representa unidades idênticas ou semelhantes entre si: cidades são frutos de civilizações distintas, são formadas em condições históricas diversas e pertencem a sistemas econômicos diferentes (GEIGER, 1963, p. 12).

Pactuando com essa afirmativa de Geiger, escrita ainda nos anos 1960, no Brasil, a diversidade de cidades com características diferentes reflete uma não padronização quanto ao que se considera cidade. Por isso, encontram-se, no país, algumas com milhões de habitantes e milhares com menos de 20.000, e há casos em que a população não chega a 1000 habitantes, a exemplo de alguns centros urbanos do Rio Grande do Norte, como Jundiá com 960, Paraná, com 821, e Jardim de Angicos, com apenas 433 pessoas residindo na cidade (IBGE, 2010). Isso demonstra sua variedade em população e em dimensão territorial. Esses elementos, contudo, não definem um espaço como cidade, mas sim um conjunto de fatores que somados aos interesses políticos podem elevar uma determinada área à categoria de sede de um município, caracterizado muito mais por questões de ordem política, que por um espaço realmente urbanizado.

De modo geral, a cidade configura aspectos que se distinguem do rural e, por isso, materializa-se como espaço urbano. Segundo Santos (1994, p. 69), “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade”. Nessa mesma linha de pensamento, Bacelar (2008, p. 58), assinala que:

A cidade se materializa enquanto espaço urbanizado. Enquanto que o urbano é a relação, os processos político-sociais inerentes ao desenvolvimento da urbanização do território, da região ou do país. Portanto, de forma singular a cidade seria a materialização, enquanto o urbano seria inerente ao processo de transformação

de uma sociedade, lugar ou espaço em formas urbanas, que não se atém apenas à cidade, mas à forma de vida de um grupo social.

No caso das cidades pequenas, a problemática está mais diretamente ligada à própria condição do que é urbano, visto serem esses espaços, em sua maioria, caracterizados por um modo de vida que difere do cotidiano urbano, refletindo uma cultura predominantemente rural que resiste na cidade, onde o urbano concretamente não se constituiu ou sequer está em fase de construção.

A este respeito, Wanderley (2001) esclarece não se tratar especificamente de abordar questões relativas ao caráter urbano dos pequenos aglomerados, mas, sobretudo, o de tentar entender sua funcionalidade dentro do sistema urbano. Neste caso, é importante não reduzir o seu significado “enquanto expressão de um etos urbano que, precisamente, organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana. Por outro lado, parece evidente que essas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana” (WANDERLEY, 2001, p. 5).

Assim, não será um ou outro critério tomado isoladamente capaz de explicar ou qualificar um espaço como cidade, mas um conjunto de fenômenos ou atividades desenvolvidas através das práticas sociais presentes na localidade o que melhor define o urbano. No caso das cidades pequenas,

As estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20.000 habitantes para esse tipo de cidade, mas isso, no entanto, não significa grande coisa, visto como um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define (SANTOS, 1981, p. 15).

Dessa forma, a utilização de parâmetros nacionais rígidos para classificação e definição de tais espaços pode apresentar problemas que impedem uma melhor aproximação com a realidade local, dada a diversidade e a complexidade socioespacial que configura o espaço geográfico brasileiro (SOARES, 2009).

Nesse grupo de cidades, contudo, há significativa variedade em se tratando de atividades no espaço urbano. Encontram-se cidades de pouca expressão funcional, até outras estruturalmente mais organizadas e de maior complexidade em funções urbanas, proporcionando, inclusive, à

população dos centros urbanos menores a possibilidade de adquirirem bens e serviços indisponíveis em suas cidades.

Desse modo, apesar da incipiente produção e de reduzida capacidade relativa ao desenvolvimento de atividades que gerem renda, são cidades que se relacionam com outras maiores ou de mesmo porte, seja fornecendo algum tipo de produto ou simplesmente na condição de mercado consumidor.

## **2. Cidades pequenas do Rio Grande do Norte: Nova Cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta**

A cidade se constitui como um importante elemento na compreensão da dinâmica da sociedade. Nela viabilizam-se com maior facilidade as manifestações culturais, a organização produtiva e as articulações políticas, conforme as especificidades e a funcionalidade das atividades desenvolvidas. Tais condições dão maior mobilidade às relações entre os pequenos, médios e grandes centros, o que significa menor isolamento em função das interações e das transformações promovidas pelo poder público, pelas empresas e pela sociedade civil.

Nesse sentido, as cidades pequenas não se restringem somente à dimensão local, nem muito menos podem ser caracterizadas apenas como espaços destinados ao abastecimento das necessidades básicas da população residente nas áreas rurais que fazem parte dos municípios, nos quais esses centros urbanos estão localizados, isso porque na era das redes aumenta o poder de articulação entre as cidades, incluindo as de pequeno porte, mesmo que em menor proporção, quando comparadas com os grandes centros.

Assim, segundo análise realizada por Santos (1979, p.71), as aglomerações urbanas de pequeno porte, denominadas por ele como cidades locais, seriam em sua concepção "a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço". E se antes pouca expressão tinham, servindo praticamente para abastecer a zona rural, hoje adquiriram uma posição, ainda que limitada, de

atender a população com serviços públicos básicos municipais, essenciais às primeiras necessidades.

Em seu artigo *Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades*, Corrêa (1999) interpreta a atual fase da economia capitalista. O autor enfatiza que essa globalização promove mudanças, gerando uma refuncionalização nas cidades, cujos reflexos podem ser explicados por meio de duas possibilidades: perda de centralidade, acompanhada pelo surgimento de novas funções não centrais, ligadas diretamente à produção do campo; além das transformações dadas com a introdução de novas atividades, que proporcionam uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, dando-lhe a possibilidade de inserir-se diferentemente na rede urbana, que passa a ter uma mais complexa divisão territorial do trabalho. Para classificar tais cidades, Corrêa (1999) utiliza um parâmetro quantitativo superior aos 20.000 habitantes, determinado em estudos estatísticos, como citado anteriormente. Para ele, devem ser considerados dados numéricos mais expressivos em termos populacionais, não se atendo, portanto, à regra determinada internacionalmente. Em sua visão, essa categoria de cidade também denominada como pequeno centro ou pequeno núcleo recebe essa classificação mediante uma população inferior a 50.000 habitantes. Segundo Maia (2009, p. 145),

Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes há ainda muita discrepância entre estes espaços.

Entender essas questões, em particular a constituição das cidades, é importante, tendo em vista a classificação adotada pelos países, sejam elas, grandes, médias ou pequenas, variam de acordo com as determinações administrativas definidas pelo Estado. Essa variação corresponde ao número de habitantes, independentemente das atividades responsáveis pela dinâmica do espaço urbano. Processo diferente do adotado no Brasil, que considera cidade toda e qualquer sede municipal, não havendo uma definição de quantitativo populacional, como imposto por alguns países. Assim, há no Brasil aglomerações com populações inferiores a 1.000 ha-

bitantes, e outras acima dos 10.000.000 de habitantes, como a capital do Estado de São Paulo (IBGE, 2007). Sobre esse aspecto, Santos (1979, p. 69-70) compreende que

aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer em uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema.

O fato é que há uma distinção relativa a diversos tipos de cidades. E é importante analisar os fatores determinantes de um maior ou menor crescimento urbano, uma vez que apresenta perfis e necessidades diferentes, variando em função da densidade demográfica, dos meios de comunicação e da economia que integra a região; assim como através de outras especificidades próprias e específicas de cada localidade, como as condições e o comportamento socioeconômico dos habitantes (SANTOS, 1981).

Na realidade, há no país uma diversidade de cidades com perfis diferenciados, especialmente as denominadas cidades pequenas. Mais relevante do que tentar estipular interregnos populacionais para o termo utilizado, torna-se necessário buscar entender seu contexto atual e em que condições históricas vieram a se constituir. Assim,

[...] diante da indefinição que envolve essa categoria de cidades, compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas [...] (GONÇALVES, 2005, p. 199).

Estes são indicativos de um cotidiano marcado pela simplicidade, mas também pela falta de perspectivas sociais no tocante ao emprego e a uma melhor distribuição de renda. A isso soma-se a gestão pública municipal, quase sempre voltada a atender interesses pessoais e de classes mais favorecidas, que contribuem para a manutenção do poder, o que dificulta o crescimento econômico e a vida social nos pequenos centros (Ver

tabela 1 sobre cidades do Rio Grande do Norte com base no quantitativo populacional).

**Tabela 1**

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CIDADES DO RIO GRANDE DO NORTE POR GRUPOS POPULACIONAIS

Cidades (nº de hab.)	Nº de cidades	% sobre o total
Até 20 mil habitantes	151	90,4
De 20 a 50 mil habitantes	11	6,6
De 50 a 100 mil habitantes	2	1,2
De 100 a 250 mil habitantes	2	1,2
De 250 a 500 mil habitantes	-	-
Acima de 500 mil habitantes	1	0,6
Total	167	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Analisando os dados expostos na tabela 1, percebe-se que no Rio Grande do Norte a maioria das cidades pertence ao grupo das cidades pequenas. Na divulgação do Censo Demográfico realizado em 2010, entre os centros urbanos com menor população, 6,6% tinham entre 20 a 50 mil habitantes, enquanto que 90,4% das cidades não ultrapassavam sequer os 20 mil habitantes. No entanto, apesar da significativa quantidade de cidades englobadas nessa categoria, é importante ressaltar que são as mais carentes em se tratando de serviços ofertados pelo poder público.

Esta situação, contudo, implica numa dependência dos programas assistencialistas do Estado e dos empregos públicos existentes como forma de assegurar a permanência em condições razoáveis. Tais condições, entretanto, conduzem seus moradores a outras cidades, inclusive de mesmo porte, para suprir eventuais necessidades, dadas as possibilidades de investimentos por parte da administração pública de outros centros, que podem expressar atração sobre aqueles com insuficiente capacidade de sustentação das condições básicas da população.

Diante do exposto, tem-se como recorte espacial de análise as cidades de Nova Cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta, localizadas no estado do Rio Grande do Norte. Tais cidades diferem quanto ao número de habitantes, ao desenvolvimento das atividades econômicas e suas relações. Nesse sentido,

uma cidade não é apenas uma área onde existe um aglomerado de habitações e de pessoas, nem vive apenas em função dos contingentes populacionais que nela habitam, trabalham, estudam e se divertem. Uma cidade é, sobretudo, um centro de relações de pessoas de outras áreas – do campo e de outras cidades – e que vêm para ela a fim de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nela são fornecidos (ANDRADE, 1985, p. 277).

Partindo dessa concepção, compreende-se que os elementos que interferem e modificam a dinâmica de uma ou mais cidades dependem não só da população, mas também dos investimentos públicos realizados. Realidade em que se insere a cidade de Nova Cruz, cuja organização apresenta melhor estruturação econômica e funcional, influenciando outras cidades situadas em áreas adjacentes ao seu território, tais como Montanhas e Lagoa d'Anta.

Simultaneamente a este crescimento das atividades econômicas da cidade de Nova Cruz, ocorreu melhoria na circulação de mercadorias e nas condições dos transportes, permitindo maior fluidez e mobilidade na circulação de pessoas para essa área que, gradativamente, tornou-se mais dinâmica e conquistou novas funções vinculadas ao comércio e aos serviços. Essas funções redimensionam o papel desta cidade na intermediação com outras cidades sob diferentes formas. Nessas mediações observam-se lógicas semelhantes em relação a Montanhas e a Lagoa d'Anta, sobretudo, quando analisada a carência em relação ao setor terciário da economia. Nas duas cidades, contudo, encontram-se características e perfis diferentes, com destaque para a atividade rural presente no espaço urbano e serviços que se expressam de maneira distinta, sendo que, em Montanhas, mesmo de forma incipiente, há uma maior variedade de atividades urbanas, enquanto que em Lagoa d'Anta essa condição é quase inexistente, pois se percebe uma maior escassez em serviços urbanos.

Cada cidade organiza-se seguindo as determinações sociais dos agentes responsáveis por sua formação. Os monumentos históricos, a morfologia das ruas e a distribuição dos equipamentos urbanos apresentam peculiaridades espaciais quando se trata dos bairros centrais ou de outros periféricos. Os primeiros são quase sempre dotados dos serviços públicos mais valorizados. Os demais, periféricos, onde os benefícios são difíceis de ocorrer, espelham uma fisionomia urbana marcada por ruas habitadas

por moradores com baixo poder aquisitivo, que servem de suporte ao crescimento econômico e à qualidade de vida da população que ocupa a área central da cidade pequena. Para Clark (1991, p. 43), diferenças importantes caracterizam a cidade como percebida e como objetivamente definida:

As imagens públicas são tecidas de maneira a salientar a familiaridade do território de moradia, a área central, e os trajetos entre os dois. Os principais marcos urbanos tendem a dominar a imagem coletiva, e as áreas centrais são percebidas muito claramente, provavelmente porque é a parte da cidade mais visitada pela população urbana como um todo.

Contudo, não se pode negar que apesar da estrutura e das formas de uso semelhantes ao passado, a cidade modifica-se através das práticas sociais e da construção de alternativas de sobrevivência. Essas transformações são fruto de uma conjuntura social, econômica e até mesmo cultural, gerando modificações nos hábitos e alterações na organização do espaço.

O uso de determinadas áreas das cidades está diretamente ligado às condições socioeconômicas da população, que não está imune às contradições e às desigualdades sociais expressas nas moradias e na utilização do solo urbano. O poder público demonstra maior preocupação com a área central, onde geralmente se realizam os eventos políticos e as festas tradicionais, propiciando maior mobilidade e circulação de pessoas em comparação ao restante da cidade, visto ser o espaço onde se desenvolvem as atividades consideradas como as mais importantes para a sociedade, que o vê como um lugar simbólico da vida coletiva. Por isso, passa a ser referência e, ao mesmo tempo, diferença no contexto espacial da cidade. Isso pode ser explicado através da permanência de antigas funções tradicionais, como o pequeno comércio e a feira livre municipal, que, por conta de uma fraca infraestrutura urbana e das condições sociais, não se dispersam por outros bairros da cidade.

É muito comum encontrar nessas cidades atividades comerciais de caráter familiar que visam a atender necessidades básicas, tais como: pequenos mercados, farmácias, panificadoras e, atualmente, equipamentos mais modernos como *lan houses* e jogos eletrônicos. As atividades funcionam basicamente para garantir a renda de algumas famílias, já que os empregos formais se concentram no setor público, especialmente naqueles

mantidos pela prefeitura, principalmente nas áreas da educação e saúde, nas quais é possível encontrar maior número de pessoas empregadas.

Essa situação reflete uma realidade específica dos pequenos centros onde os maiores problemas dizem respeito à carência ou à ausência de atividades econômicas capazes de atender às necessidades da população, o que limita as possibilidades de satisfação e de crescimento dessas cidades e, por outro lado, obrigam parte da população nelas residente a procurarem centros urbanos mais dinâmicos.

Nesse contexto de relações se encontra Nova Cruz, principal cidade da região e com maior funcionalidade econômica. E, mesmo considerada pequena em relação a outros centros urbanos de maior porte do Rio Grande do Norte, exerce influência sobre cidades menores, situadas em seu entorno, a exemplo de Montanhas e Lagoa d'Anta. Este fato faz das pequenas cidades subordinadas locais que demandam serviços e atividades comerciais diversificadas, encontrados no centro de maior expressão regional.

### **3. Síntese histórica e perfil urbano das cidades pequenas em análise**

A delimitação do objeto de estudo, focado nas cidades de Nova Cruz, Montanhas e Lagoa d'Anta, deve-se ao fato de estarem ligadas territorialmente e por manterem, desde o início de sua formação, uma história de relações que se perpetua até os dias atuais, tendo Nova Cruz como centro, cidade mais antiga e de maior população urbana: 24.380 hab (IBGE, 2010). A estes fatores acrescenta-se, ainda, que esta cidade, desde o século XX, é a sede de comarca para os municípios de Montanhas e Lagoa d'Anta, tendo sido este último, distrito; e que, mesmo emancipado, continua dependente da comarca judiciária de Nova Cruz (Figura 1 sobre a situação geográfica das cidades pesquisadas).

**Figura 1**  
MAPA DA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DAS CIDADES PESQUISADAS



Fonte: IBGE, 2005. Adaptado por Leonardo Barboza da Costa, 2010.

O processo de formação histórica dessas cidades pequenas aponta para a origem de pequenos núcleos populacionais, organizados a partir de uma condição político-administrativa, a qual passou a requisitar do poder público a constituição de um município/uma cidade. Tal condição, atrelada a interesses políticos de cunho eleitoral, propiciou a emergência dessas cidades (SILVA, 2009).

O território pertencente a Nova Cruz, localizado ao sul do Estado do Rio Grande do Norte, passou a ser ocupado no início do século XVII, a partir do desenvolvimento da pecuária: apesar de a pecuária não ser estabelecida na área no período, o local servia de caminho por onde passavam as pessoas que trabalhavam nessa atividade. Essa realidade deu origem ao povoado que crescia com a população migrante, condutores de rebanhos de gado oriundos de outros estados, como Paraíba e Pernambuco, e que, por vezes, decidiam fixar moradia nessa nova localidade. O referido município está situado às margens do rio Curimataú, precisamente na microrregião Agreste Potiguar do Estado, ficando a uma distância de 104 quilômetros

da capital. Foi constituído em 1852, pela Lei Provincial n. 245, mas, só em 3 de dezembro de 1919, passa também a sua sede a ser denominada como cidade.

No que tange aos aspectos culturais, a cidade de Nova Cruz não dispõe de instituições que substanciem grande dinamicidade cultural, pois não existem teatros, museus ou cinemas. Todavia, em 2003, é criada pelo governo do estado a Casa da Cultura, cuja função é desenvolver atividades que promovam a participação da sociedade regional e novacruzense em eventos que estimulem a disseminação da cultura em suas variadas formas, das mais modernas até o resgate daquelas consideradas tradicionais, pouco divulgadas por falta de incentivo e de meios que possibilitem a promoção de práticas populares cada vez mais escassas (Figura 2).

**Figura 2**

CASA DA CULTURA POPULAR LAURO ARRUDA CÂMARA - NOVA CRUZ, RN



Fonte: Acervo da prefeitura municipal de Nova Cruz, 2006.

A Casa da Cultura nada mais é que a antiga estação ferroviária, restaurada e transformada em espaço cultural, sem perder sua originalidade arquitetônica, como uma forma de preservar a história da cidade. Sob a administração do poder público municipal, a área foi doada ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que a transformou na Casa da Cultura Lauro

Arruda Câmara, posteriormente recuperada por técnicos da Fundação José Augusto, com orientação do Patrimônio Histórico.

Quanto à existência de bibliotecas, há na cidade uma localizada nas dependências do centro administrativo, onde funciona o fórum, sob a responsabilidade da prefeitura. Parte do acervo está destinado a pesquisas voltadas para o ensino fundamental e médio. Para pesquisas em nível acadêmico são utilizadas as bibliotecas pertencentes à UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e a UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), que dispõem, respectivamente, de material voltado para as áreas de educação e cursos de graduação em outras áreas de formação. Outro espaço, onde a sociedade pode vivenciar a cultura local e passar algumas horas de lazer é a AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil), porém restrito à população que tem condições de se associar para participar de alguns eventos desenvolvidos naquele espaço. O acesso a esse tipo de lazer é privado e não possibilita àqueles de menor poder aquisitivo o direito de fazer uso desse local.

No que se refere aos aspectos econômicos, o município desenvolve atividades ligadas à agricultura, à pecuária, aos serviços públicos e privados e ao comércio. Este último, inclusive, tem importância considerável não apenas para seus munícipes, mas também para outras cidades próximas, tanto do Rio Grande do Norte como do vizinho Estado da Paraíba. Neste caso, está a feira livre municipal como um marco na história da cidade ao concentrar moradores, feirantes e consumidores de cidades da região.

As terras do município de Lagoa d'Anta, como mencionado anteriormente, pertenciam ao espaço geográfico de Nova Cruz, tendo sido desmembrado somente no dia 11 de maio de 1962, quando foi instituído como novo município do estado, também situado na microrregião Agreste Potiguar. A ocupação dessa localidade ocorreu a partir do final do século XVIII, quando surgiram, às margens de lagoas, algumas fazendas de gado que contribuíram para o aumento do povoamento na área.

No entanto, foi a partir da construção de estradas que Lagoa d'Anta adquiriu maior dinâmica, facilitando o acesso da população local ao município de Nova Cruz, cuja procura destinava-se à comercialização de seus produtos, advindos principalmente da produção agrícola e da pecuária.

Hoje, essa relação se dá principalmente através da feira livre de Nova Cruz e dos serviços que são ofertados em maior quantidade nesta cidade.

O fato é que a cidade de Lagoa d'Anta, hoje com 3.982 hab. (IBGE, 2010), não oferece a sua população um setor terciário que assegure a realização de suas atividades em âmbito local, visto a inexistência de serviços considerados essenciais, como, por exemplo, os serviços bancários que, neste pequeno centro urbano, não são disponibilizados, nem em lotéricas, nem em terminais do Banco do Brasil, como é comum em muitas cidades pequenas do estado. Porém, não apenas esses elementos retratam as condições da cidade, considerando que durante muitos anos sequer um mercado público existia na área urbana, o que dificultava a comercialização dos produtos locais em um espaço adequado para esse fim, ao mesmo tempo em que inviabilizava a criação da feira livre municipal. Segundo Nascimento (2004, p. 28),

o mercado público de Lagoa d'Anta teve a sua construção iniciada no ano de 2000, durante o governo de Garibaldi Alves Filho e na administração do atual prefeito Germano de Azevedo Targino que o inaugurou no dia 23 de dezembro de 2001 com uma grande celebração eucarística presidida pelo pároco José Adelson da Silva Rodrigues o que foi motivo de contentamento para os habitantes da área.

É pertinente destacar que em Lagoa d'Anta até a década de 90 do século XX ainda não existia feira no município. Somente em 2001, a partir da inauguração do mercado público se dá origem à feira, aguardada pela população há muitos anos e que definitivamente é instalada na cidade em dias de domingo. Apesar da limitada oferta de produtos, a feira se estabeleceu como possibilidade de sobrevivência para muitos daqueles que não desenvolvem atividades urbanas ou que foram dispensados do trabalho no campo e que negociam produtos industrializados e naturais. Sua importância não se restringe apenas ao movimento que dinamiza a cidade, mas também por se efetivar como centro de consumo, no qual rural e urbano se entrelaçam nas formas de consumo encontradas, atendendo minimamente algumas necessidades.

Em Lagoa d'Anta a presença do rural na cidade fica ainda mais evidente quando se constata na área urbana elementos que comprovam essa realidade. A presença de moradores da cidade desenvolvendo atividades

agrícolas ou próprias do campo não se desvincula do espaço urbano do município. Assim, não só parte dos seus habitantes se desloca até a zona rural para exercer suas atividades na agricultura como também exerce funções típicas do campo na cidade. Entre elas, podem-se destacar as casas de farinha, exemplo concreto dessa funcionalidade, como ilustrado nas figuras 3 e 4.

**Figura 3**  
CASA DE FARINHA NA RUA OLÍVIA OLINDINA  
- LAGOA D'ANTA



Fonte: Severino Coutinho, 2010.

**Figura 4**  
CASA DE FARINHA NA RUA ANTÔNIO PADILHA  
- LAGOA D'ANTA



Fonte: Severino Coutinho, 2010.

As casas de farinha representam um meio de sobrevivência para a população que não tem acesso às poucas atividades terciárias, servindo de alternativa à carência de emprego na cidade, tendo em vista que somente no espaço urbano, que, por sinal, é de dimensões bastante reduzidas, encontram-se 10 casas de farinha. Destas, algumas têm suas atividades temporárias, geralmente por falta de investimentos do proprietário, que não tem condições de mantê-las em funcionamento diário. Outras, porém, funcionam semanalmente e garantem o sustento de algumas famílias. A matéria-prima utilizada é oriunda do município, mas, quando este não supre as necessidades das unidades produtoras de farinha, os proprietários importam de outros estados do Nordeste como uma maneira de não interromper a produção e o fornecimento do produto para algumas cidades, não só do estado, como de outros situados na região Nordeste, a exemplo de Ceará e Pernambuco, que consomem grande parte da produção.

A situação econômica em Lagoa d'Anta pode ser caracterizada de modo bastante simples, vivendo seus habitantes do trabalho agrícola, do pequeno comércio na área central da cidade e da expressiva presença de aposentados de instituições rurais ou urbanas, bem como de funcionários públicos municipais e estaduais, todos contribuindo com sua renda para a dinâmica urbana da sede do município.

Já o espaço territorial do município de Montanhas, ao contrário de Nova Cruz e Lagoa d'Anta, está localizado na microrregião Litoral Sul, às margens de uma lagoa, ficando a uma distância de 103 quilômetros da capital. Seu processo de formação e ocupação está diretamente relacionado ao desenvolvimento político-territorial de outro município – Pedro Velho. Durante muitos anos o município de Pedro Velho teve domínio político sobre o então distrito de Montanhas. Com processo iniciado em 1938 e alterado em 1962, é somente em 20 de julho do ano seguinte que a sede do município é elevada à condição de cidade, período em que passou a se chamar oficialmente de Montanhas.

No começo esse lugar foi denominado de Lagoa das Queimadas, em referência à queima da vegetação que ficava às margens para prática de plantios, mudando de nome apenas no século XIX, quando passou a se chamar de Lagoa de Montanhas, em virtude do registro de pequenas ondulações de relevo encontradas na área. Nessa época, a localidade alcançou progresso a partir da fertilidade de suas terras que garantiam grande produção de cereais (MORAIS, 1998).

Com a rodovia Montanhas-Nova Cruz, as relações entre essas cidades tornaram-se mais intensas, estando a primeira numa condição de dependência do setor terciário da cidade de Nova Cruz, e que busca na cidade de influência o atendimento de algumas necessidades; o que fez diminuir cada vez mais os laços culturais que mantinha com Pedro Velho, antiga sede.

Em Montanhas, ao contrário de Lagoa d'Anta, existem alguns serviços bancários oferecidos em pequenos estabelecimentos, como uma lotérica e um terminal do banco Bradesco com um caixa eletrônico recentemente instalado na cidade. Este, inclusive, em parceria com o poder público municipal, transferiu as contas do funcionalismo registrado no Banco do Brasil da cidade de Nova Cruz para o Bradesco, como uma forma de viabilizar a permanência desse serviço na cidade (figuras 5 e 6).

Na cidade de Montanhas, conforme as imagens, percebe-se que há alguns serviços ligados à rede bancária e que são utilizados pela população da cidade, sem, no entanto, suprir as necessidades de serviços essenciais como o atendimento pessoal ao cliente. Outra questão a ser acrescentada é o fato dos equipamentos nem sempre funcionarem adequadamente por falta de manutenção em tempo hábil pela agência central. Esses são fatores que inviabilizam a realização de alguns serviços na cidade, pelo menos por períodos intercalados de dias, acarretando a busca por atividades bancárias em outras cidades, principalmente em Nova Cruz.

**Figura 5**  
LOTÉRICA NA PRAÇA 20 DE JULHO  
- MONTANHAS



Fonte: Severino Coutinho, 2010

**Figura 6**  
BRADESCO NA PRAÇA 20 DE JULHO  
- MONTANHAS



Fonte: Severino Coutinho, 2010

Hoje, com 47 anos, e uma população urbana de 8.870 habitantes (IBGE, 2010), Montanhas também apresenta características típicas de uma vida rural, tendo em vista residirem no espaço urbano moradores que têm suas atividades no campo, tanto na esfera local quanto em outros municípios, onde desenvolvem suas funções em usinas de açúcar localizadas no município de Bahia Formosa/RN. Esta atividade é exercida principalmente por pessoas que não tiveram oportunidade de trabalhar no setor terciário da cidade ou de migrar para outros municípios, inclusive fora do Estado do Rio Grande do Norte.

Na verdade, não se pode dizer que estas são dinâmicas exclusivas da cidade de Montanhas, uma vez que se inserem em um contexto maior. Outro dado relevante e que comprova a existência de uma “cultura rural”

na cidade refere-se à feira livre. Conforme as observações feitas *in loco*, os produtos postos à venda não são apenas os industrializados, mas também produtos naturais, alguns produzidos no próprio município. Trata-se de uma forma de comércio popular que reúne em um mesmo espaço a simplicidade do mundo rural e a cotidianidade da vida urbana moderna.

Atualmente, essa cidade não se diferencia da maioria dos municípios interioranos do estado, cuja população não dispõe de grande diversidade de atividades econômicas, existindo apenas o trabalho no campo, em específico na agricultura, e, na zona urbana, em algumas repartições públicas e instituições privadas, além do comércio instalado, principalmente na área central da cidade.

Entre as três áreas pesquisadas, Nova Cruz centraliza funções e reorganiza o espaço. Suas atividades mobilizam fluxos e circulação de mercadorias e pessoas, conferindo a esta cidade a possibilidade de polarização de áreas vizinhas, onde se observa a existência de dependência econômica de localidades que sofrem sua influência, como Montanhas e Lagoa d'Anta.

A produção industrial (setor secundário da economia) nas áreas em questão, segundo dados do cadastro industrial do Rio Grande do Norte, é pouco expressiva, concentrando-se majoritariamente em Nova Cruz, sobretudo nos segmentos de alimentos, confecções, construção civil, madeireiras, gráficas e artesanato. Os outros municípios são bastante carentes nesse setor, aparecendo como segmento industrial apenas o ramo de alimentos do tipo panificação.

Os serviços de educação nas referidas áreas em estudo são bem diferenciados pelos níveis de ensino oferecidos. A cidade principal, melhor equipada nesse setor, é Nova Cruz, que conta com o Diretório Regional de Educação das escolas estaduais (DIREDE), tendo ainda em sua área urbana o Núcleo de Ensino Superior do Agreste (NESA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Núcleo Avançado de Educação Superior de Nova Cruz, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Um quadro, portanto, diversificado, e que atende não somente à população de Montanhas e Lagoa d'Anta, mas também de outras cidades.

Outros serviços como o bancário e o de comunicações tornaram-se imprescindíveis para a dinâmica e o cotidiano das cidades, facilitando a informação e, conseqüentemente, a superação de dificuldades em certas

formas de trabalho arcaicas, considerando o atual processo de modernização. Esses serviços nas áreas estudadas estão distribuídos da forma como é exposto no quadro 1.

#### **Quadro 1**

SERVIÇOS BANCÁRIOS E DE COMUNICAÇÃO NAS CIDADES DE LAGOA D'ANTA, MONTANHAS E NOVA CRUZ – 2009

Estabelecimentos	Lagoa d'Anta	Montanhas	Nova Cruz
Bancos públicos	-	-	2
Bancos privados	-	1	-
Casas Lotéricas	-	1	2
Agências de Correios	1	1	1
Emissoras de Rádio	-	-	2
Sinais de recepção de TV	-	1	6
Jornais em circulação	-	-	3
TOTAL	1	4	16

Fonte: IDEMA, 2009.

No que concerne aos serviços bancários e de comunicação, atividades importantes no desenvolvimento das cidades, verificou-se, no período referente ao ano de 2009, que a cidade melhor equipada é Nova Cruz, com 16 estabelecimentos distribuídos em seu território, cuja utilidade estende-se aos municípios de Montanhas e Lagoa d'Anta, locais com pouca ou nenhuma expressão nesses serviços como demonstrado no quadro 1.

Nova Cruz, por ser a principal cidade da região, foi conquistando uma dimensão regional por apresentar crescimento populacional urbano superior às demais cidades da microrregião Agreste e de outras situadas fora dessa área, mas próximas em função dos limites territoriais. Tais condições viabilizaram investimentos por parte dos governos estadual e federal ao implantarem importantes instituições públicas que viriam a prestar serviços a toda uma região.

#### **4. Considerações finais**

As cidades pequenas revelam em seu cotidiano características comuns, o que não significa dizer que as mesmas são homogêneas entre si, uma vez que se distinguem não só em suas relações, mas em seu interior

pelas particularidades econômicas e sociais. Particularidades afirmadas em seu contexto na forma de aceitação ou contestação de uma realidade nem sempre almejada, mas às vezes imposta, não atendendo aos anseios individuais e coletivos da população, seja na educação, no sistema de saúde ou na organização produtiva comercial, entre outras funcionalidades importantes para os habitantes de toda e qualquer localidade.

Nesse cenário essas cidades apresentam condições sociais semelhantes, apesar de suas singularidades, já que, entre outros fatores, não possuem atividades que garantam grande dinamicidade econômica. No entanto, há cidades pequenas que oferecem uma maior diversidade de funções urbanas enquanto que em outras há que se recorrer a centros maiores, até mesmo para funções fundamentais, tendo em vista as condições infraestruturais de serviços sociais básicos ainda bastante deficitários. Esse é um perfil onde a materialidade está expressa nas desigualdades socioespaciais, que se alargam e comprometem a sobrevivência das pessoas, e isto pode ser explicado com base no descompasso entre o número de habitantes e o pouco investimento na estrutura de tais cidades.

É evidente que, ao estudar cidades pequenas, não se deve levar em conta apenas o número de habitantes. Tal critério é um caminho, entretanto, não pode engessar as discussões e análises, visto que a vida de relações presente em cada localidade torna-se mais relevante para definir a realidade e o contexto urbano da cidade, que também se insere na dinâmica regional, já que o espaço da cidade é produzido tanto em função das interações intraurbanas, quanto das relações interurbanas.

Nesse sentido, algumas análises sobre cidades pequenas não são suficientes para a construção de um entendimento de sua realidade, já que as relações não se dão apenas em torno de suas imediações. Portanto, outros parâmetros devem ser considerados, pois interpretar a cidade pequena como um centro estritamente local dificulta o entendimento do que sejam essas localidades, uma vez que não podem ser investigadas por um único viés de análise, para não se incorrer no risco de deixar de lado importantes relações com cidades maiores, sobretudo, nos dias atuais, em que as cidades pequenas interagem com outros centros urbanos sob diferentes formas e dimensões.

## Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara, MG. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2008.
- CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 41-53, jan./jun. 1999.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- GONCALVES, Francisco Edinardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21/05/2011.
- IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. **Informativo Municipal**, Natal-RN, 2009.
- MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras**: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social. Manaus: UFAM, 2009.
- MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- MORAIS, Marcus César Cavalcante de. **Terras Potiguares**. Natal: Dinâmica Editora, 1998.

NASCIMENTO, Aílson Freire do. **A Feira-livre do município de Lagoa d'Anta-RN**. 2004. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Anieres Barbosa da. Uma leitura da socioeconomia das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro da (Orgs.). **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica**. Natal, RN: EDUFRRN, 2009.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a cidade pequena e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios de Pernambuco**. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed00f.html>>. Acesso em: 05/01/2010.

Recebido em: 15/12/2010

Aceito em: 29/05/2011